



PRIMEIRA LINHA O MEU 2017

Fortalecer a banca

Quando se trata de planear e construir o nosso destino coletivo, são hoje poucas as alavancas do futuro que dependem exclusiva ou essencialmente de nós. E a manutenção dessas alavancas que sobram está sujeita à sua correta utilização. Em 2017, o grande desafio para o País – com implicações profundas no plano económico mas também político (pelas tensões que gerará no seio da maioria parlamentar) – é o da estabilização e reforço do sistema financeiro. Se é certo que se trata de um sector onde as principais medidas já exigem aprovação externa, há decisões de fundo a tomar em Portugal que não poderão mais ser proteladas, sob pena de se gerar uma situação irreversível a médio prazo.

É indispensável uma solução de base sistémica, acessível a todos os bancos que dela necessitem, para libertar o balanço das instituições financeiras e reforçar o seu capital, de modo a que possam, por um lado, enfrentar de forma séria os problemas com as empresas (e particulares) que se debatem para pagar a sua dívida bancária – e por essa via ajudar à tão necessária capitalização das PME – e, por outro, (re)injetar fundos no tecido empresarial, promovendo o crescimento e a inovação.

Para que tal aconteça num quadro que não prejudique a tensão competitiva entre bancos e não implique o sacrifício dos contribuintes, ao mesmo tem-



JOÃO VIEIRA DE ALMEIDA

po que se preserve aquilo que vale a pena preservar das PME nacionais, o Estado terá que abrir espaço a soluções de mercado para os bancos colocarem os seus ativos em incumprimento, com as vantagens e os custos que tais soluções implicam. Com efeito, esse teste de reali-

dade acarretará a necessidade de readequação estratégica, renovação de processos e revisão dos modelos de governação de muitas empresas e esse reajustamento não será fácil nem será sempre pacífico. Mas é urgente.

E a urgência é tanto maior quanto é certo que 2017 é o ano de todos os perigos, aquele em que a relativa previsibilidade que nos sobrava, em deterioração acelerada desde a crise financeira e das primaveras árabes, dá definitivamente lugar à incerteza. A uns EUA que agora se definem por oposição àquilo que conhecíamos e não por afirmação de políticas concretas, que desconhecemos mas instintivamente tememos, acresce uma Europa cuja consistência e alinhamento político, já em mau estado, podem sofrer um golpe mortal com as eleições que se aproximam em diversos países. O potencial impacto económico destas incertezas, em Portugal, não pode ser subestimado.

Desde que seja possível continuar a garantir a segurança do País, até agora felizmente liberto de atos terroristas, Portugal poderá sobreviver a 2017 ainda ancorado na atratividade que representa para turistas e para estrangeiros desejosos de se instalar num país de sol, tranquilidade e com o apelativo quadro fiscal que se lhes aplica. Mas se não resolvermos os problemas das empresas portuguesas – e isso implica fortalecer



É indispensável uma solução sistémica, acessível a todos os bancos, para libertar o seu balanço e reforçar o seu capital.



a banca em Portugal – não haverá crescimento para projetar um futuro sustentável. E continuarão a ser os outros, os que estão sujeitos ao quadro fiscal punitivo, a pagar a fatura de um País desprovido de alavancas para gerir o seu destino. ■